



ENTREVISTA Manuel Carvalho da Silva
Sociólogo e professor universitário

“Este Orçamento permite que o país respire”

Nos impostos o texto “é equilibrado”. O antigo líder da CGTP também critica Passos Coelho e considera que este mantém “o discurso político dominante das forças conservadoras”.

Paulo Jorge Pereira
ppereira@jornaleconomico.pt

Na avaliação que faz ao Orçamento do Estado, Manuel Carvalho da Silva nota sintomas de progresso, mas também marcas de restrições vindas de Bruxelas. E, ao mesmo tempo que identifica riscos, sublinha a necessidade de discussão e reestruturação da dívida para que haja espaço ao investimento.

Como classifica o Orçamento do Estado para 2017?

Coloco quatro tópicos de caracterização. Este Orçamento mostra, de forma inequívoca, a presença do tratado orçamental e de outras imposições da União Europeia que são fatores de aprisionamento das opções orçamentais do país. Além disso, parece-me um documento de manutenção daquilo que designo, na minha linguagem, como pequenos passos, alguns corajosos, para a travagem da austeridade – e não é que saíssemos dela, continuamos sob limitações. Mas há libertação da sujeição acrílica e de inevitabilidade à austeridade, dando capacidade de respiração ao país para que a sociedade portuguesa encontre outros caminhos. Terceiro aspeto: no capítulo dos impostos é equilibrado, o resultado das receitas vai depender de fatores macroeconómicos internos e externos. Não há agravamento, mas transferências de contribuições de uns para os outros e aí há muita polémica...

A promessa de que a sobretaxa acabava não é cumprida já. Que explicação encontra para isso?

O Governo tentou equilibrar, mas o garrote do tratado orçamental e de imposições comunitárias acaba por impor-se em algumas situações.

E o documento é mais ou menos justo?

Há um sentido de justiça, está é cheio de obstáculos. E o quarto aspeto relevante é o facto de estar construído para permitir um saldo primário muito significativo que corresponde a uma melhoria muito significativa e o torna o orçamento da União Europeia que permite o melhor saldo primário desse espaço.

Quais são os obstáculos que identifica no documento?

Um dos grandes obstáculos expostos no Orçamento, e não debatidos o suficiente no país, é que não conseguimos um processo de desenvolvimento para a sociedade portuguesa se não resolvermos dois problemas fundamentais: desemprego/emprego e investimento. O espaço que fica dos condicionalismos orçamentais é muito curto e as políticas que nos são impostas limitam as outras, incluindo a solução fiscal e a capacidade de obter riqueza para produzir investimento. É necessária uma análise crítica profunda sobre o que têm sido as políticas de emprego e, quanto ao investimento, não há milagres – é preciso investimento público, indispensável até como alavanca do privado. A discussão sobre desemprego/emprego e investimento juntam-se as opções quanto a políticas de estruturas e garantia de direitos fundamentais dos portugueses, ou seja, precisamos de investimento público em áreas como saúde, ensino, justiça, administração local. Não é só por aqui que se resolve o problema, mas estes casos são fator de desenvolvimento privado e dão sinais aos privados.

Em relação ao desemprego tem havido retrocessos?

É preciso pôr de lado a cartilha neoliberal sobre o desemprego, ou seja, resolvê-lo pelo aumento

da precariedade, pela eliminação de direitos do trabalho, pela diminuição dos salários, pela eliminação ou desvalorização do salário mínimo, pela redução da qualidade do emprego não resolve porque não potencia o desenvolvimento da sociedade e isso está mais do que provado. Travar essa via e ver por onde se pode seguir com as nossas capacidades, por exemplo, vendo o que pode evitar a emigração. E nós, portugueses, somos demasiado permissivos e condescendentes nesse caso, pois é insustentável perder tanta gente jovem e querer um projeto de desenvolvimento. É preciso valorizar os salários, em particular os dos jo-

vens mais qualificados, caso contrário não se atrai a juventude. A discussão sobre desemprego e criação de emprego desencadeia um debate multifacetado que tem de ser gerador de outras dinâmicas. É preciso bom diálogo com o setor privado, encontrar atitudes mais dinâmicas junto do capital e responsabilizar os empresários, muita criatividade no envolvimento e na valorização das capacidades de inovação tecnológica, motivar setores da sociedade com ligações às universidades e outros autónomos, ver todas as nossas capacidades. A sociedade precisa de uma discussão profunda sobre conceitos como a economia solidária, economia social, terceiro setor.

É preciso pôr de lado a agenda neoliberal sobre o desemprego e ver por onde se pode seguir com as nossas capacidades

Que interpretação faz acerca das críticas de Pedro Passos Coelho às opções do Governo?

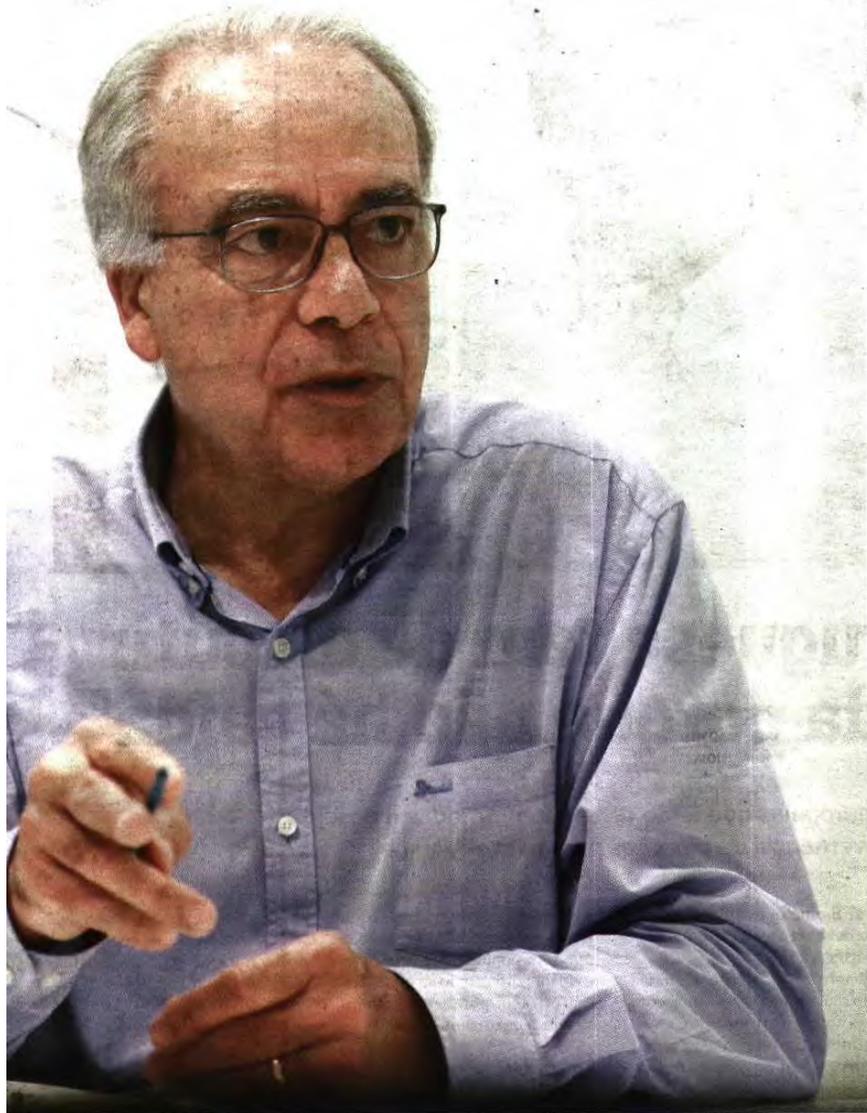
Essa é a opção desastrosa, sempre pela subjugação. Podemos olhar para uma dificuldade, identificá-la e dizer que não se consegue ultrapassar; podemos olhar para a dificuldade, identificá-la e perceber como se monta uma estratégia para a superar através de pequenos passos. Esta é a diferença, mesmo numa lógica de cumprimento de algumas restrições que nos estão colocadas. Pedro Passos Coelho nunca saiu daquela primeira posição e esse é o discurso político dominante das forças conservadoras. Por isso esperam pelo diabo e que isto rebente. E a marcação cerrada deste pensamento da inevitabilidade e da sujeição à agenda dominante vai estar aí todos os dias. Passos Coelho está a mudar de tática porque o anúncio do desastre é adiado a cada dia que passa e, a certa altura, nada tem a dizer de construtivo aos seus seguidores.

As contas nacionais financeiras, segundo dados do Banco de Portugal e análise da revista “Vi-

são”, mostram que as empresas não financeiras e, sobretudo, o Estado foram os maiores responsáveis pelas necessidades de financiamento entre 1996 e 2011. O discurso de que vivemos acima das nossas possibilidades foi o quê?

Foi um embuste, uma construção propositada, manipulada e mentirosa para submeter as pessoas e não colocar a responsabilidade onde ela estava. O sistema financeiro funcionou na linha que seguiu não por obra e graça do divino Espírito Santo, mas por opções políticas internas e, acima de tudo, europeias. A primeira vitória de quem nos tem aprisionado foi convencer-nos de que éramos os responsáveis,





Cristina Bernardo

“Espero que Correia de Campos não cometa erros”

Foi eleito o novo líder do CES. Tinha falado na necessidade de dar dinâmica à concertação e de não a governamentalizar. Esta eleição é um passo nesse sentido?

Há dois aspetos a considerar: primeiro, no Conselho Económico e Social existe a comissão permanente, na qual só têm assento as duas confederações sindicais, as quatro patronais e o Governo, estrutura que não é liderada pelo presidente do CES – é presidida pelo Governo e, nesta legislatura, o primeiro-ministro delegou no ministro do Trabalho, Vieira da Silva. Em termos históricos, a dinâmica da concertação social depende muito mais da atitude e da capacidade do Governo que de dinâmicas vindas do global do CES. Aquilo que se vai passar a nível da concertação social não dependerá tanto de Correia de Campos, mas muito mais daquilo a que o Governo estiver disposto.

Nesse contexto, que tipo de ação pode, afinal, ser desenvolvida pelo presidente do Conselho Económico e Social?

Claro que o presidente do CES, conforme a sua formação e experiência, pode, em certos momentos, ser fator de mais ou menos dinâmica – se se trata de presidentes com grande experiência da área, como foi o caso de Silva Peneda, isso pode refletir-se em pronunciamentos públicos que podem ter influência no processo. Outro aspeto é a personalidade do presidente quanto à influência que a sua cultura e personalidade podem ter na dinâmica da discussão geral do CES que dispõe da possibilidade de ter iniciativa de produzir relatórios sobre temas de relevo na sociedade, exerce influência a pronunciar-se sobre as grandes opções do plano, etc. Correia de Campos não vem deste mundo da economia ou do trabalho, mas não lhe falta experiência política. Espero que não cometa erros.

E o papel do Governo?

Há um outro aspeto que pode ser influente: o tipo de conteúdos que o Governo leva à concertação e o enquadramento com que os situa. No Centro de Estudos

Sociais, através do Observatório sobre Crises e Alternativas, produzimos um relatório com um capítulo sobre a concertação social em que fomos ler as atas de todas as reuniões da Concertação desde 1 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2015, vendo os tópicos abordados. Com esta leitura observámos um aumento das entorses na concertação social. Face à “evolução”, às alterações que foram produzidas nas políticas europeias e, em particular, com a entrada da trioka em Portugal e a submissão das políticas governamentais às orientações europeias e do FMI vemos como que uma transferência da centralidade da governamentalização vista no plano interno para uma centralidade das orientações europeias, conduzidas pelo Governo, que se submeteu em absoluto a essas orientações.

É por aí que coloca as interrogações acerca do Executivo?

Dai a observação que fiz – vamos ver no Governo, ao canalizar para a concertação as temáticas, pelos conteúdos e pela forma como apresentar, qual é a tendência. Seria importante que a sociedade portuguesa recebesse mais informação sobre a concertação como espaço de negociação. E o período político que vamos viver com relevo em 2017 vai ser muito propiciador de um cenário de valorização ou não do diálogo social. ■

jogando numa atuação rápida que transferiu as dívidas da diversidade de credores para o FMI e as estruturas europeias de modo a controlar melhor. A União Europeia impediu o acesso a uma via mais negociável porque isso faz parte da estratégia e do processo de transferência de riqueza dentro das populações e nos próprios países. Essa operação foi feita com vários elementos, um dos quais a ideia de que a competitividade entre os salários dos trabalhadores era a causa do desequilíbrio. E essa é a mentira das mentiras.

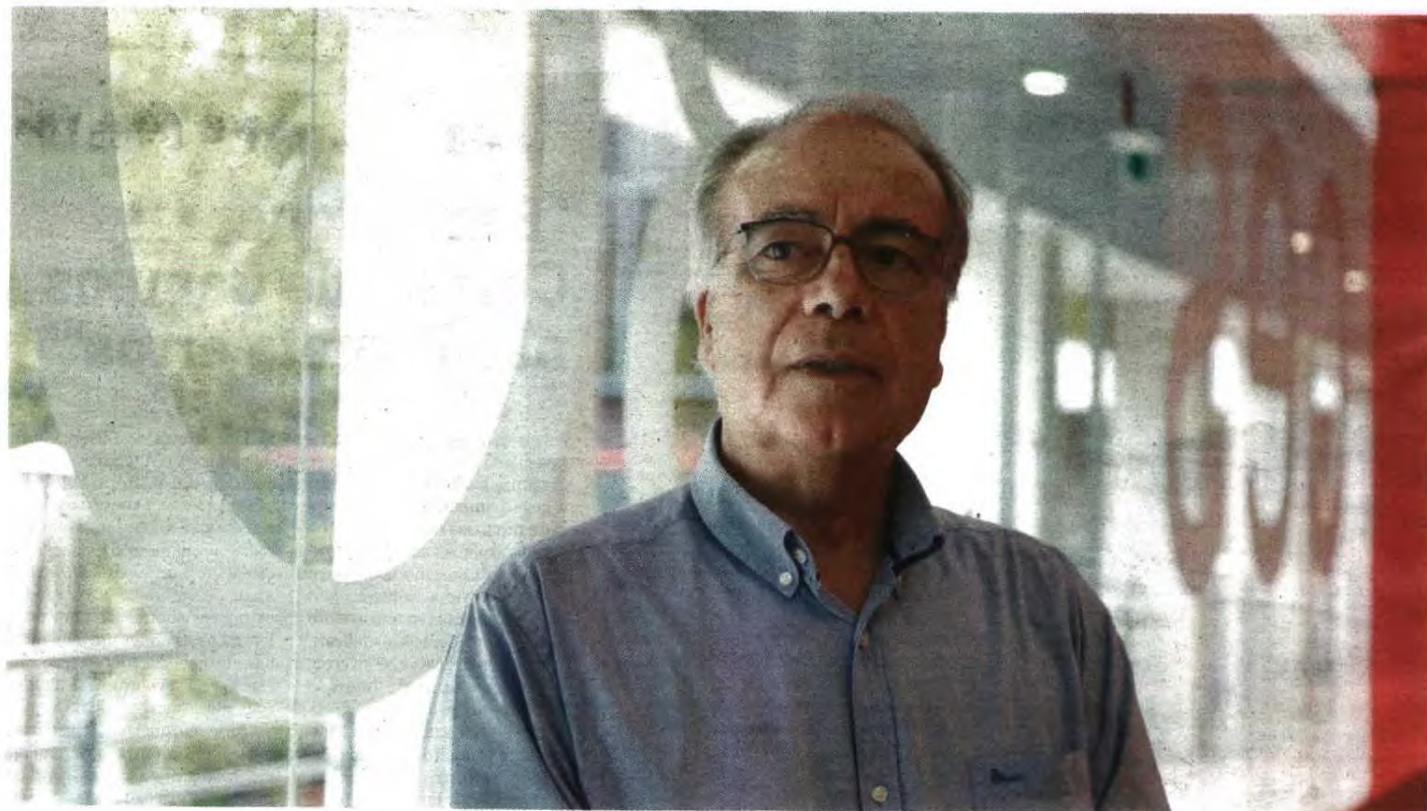
Vê no horizonte de 2017 desafios à coesão governamental?
Os partidos de esquerda mos-

traram uma maturidade muito significativa na condução política das suas relações, mas a dinâmica neoliberal está forte. O que vai passar-se no Reino Unido, a evolução da China, as eleições nos EUA, o problema dos preços do petróleo, os conflitos no Médio Oriente (Síria, Iraque, Turquia) que aí estão, a incapacidade de a Europa ter uma relação autónoma com a Rússia, eleições também na Alemanha e em França são fatores muito influentes. E existe uma dinâmica conservadora que engrossa forças radicais e até fascistas e aumenta contradições, amplia irritações e conflitos. Mas pode haver soluções e apaziguamento.

Uma das questões que podem influenciar a forma como o Orçamento vai funcionar são os riscos associados ao Brexit. Até que ponto influenciam?

É uma interrogação que surge como problema em crescendo. Terá de haver uma ponderação muito grande sobre o rumo disto tudo. A predominância de uma Europa dicotómica não pode continuar. A União Europeia só sobrevive pela reorganização e conjugação dos interesses de todos. Pode ser com a saída da Alemanha em relação ao euro ou por uma mexida nos mecanismos que sustentam a lógica da moeda única. Caso contrário as realidades económicas são muito distintas. ■

Correia de Campos não vem do mundo da economia ou do trabalho, mas não lhe falta experiência política



“A sociedade portuguesa tem de discutir a questão da dívida porque não há saída”

“Aqui não há milagres – há limitações de políticas europeias que terão de ser confrontadas e desejo que a maioria que suporta o Governo alimente convergência de posições para o fazer”, opina.

O Conselho de Finanças Públicas avaliou de modo diferente do anterior o Orçamento: o documento corresponde a alertas do Presidente da República?

Sim, mas depois há, no limite, o problema de se querer a quadratura do círculo. Toda esta envolvimento implica um Governo que tenha uma atitude muito ofensiva na União Europeia. Não é mandar na União, é ter fundamentos, propostas coerentes, insistir na demonstração do que dá e não dá resultados e tentar, no limite das possibilidades, que os próprios tratados se alterem. Claro que não depende só de nós, mas a sociedade portuguesa tem de discutir a questão da dívida, não há saída! Temos o saldo primário positivo mais relevante de todas as propostas de orçamento para 2017, mas depois observamos que parte significativa é comida pelo serviço da dívida. Não encontramos folga para investimento se continuarmos com este nível de endividamento. Aqui não há milagres – há limitações de políticas europeias que vão ter de ser confrontadas de forma constante e o que dese-

jo é que a maioria que suporta o Governo alimente uma convergência de posições políticas para exercer essa atitude na União Europeia. Por vezes, discursos públicos como o do Presidente da República, quando diz que a ideologia tem de ceder à realidade, não vão para aí. Mas não há realidade sem ideologia, existe sempre um quadro de valores e opções por trás, não sejamos anjinhos, nem ingénuos. Essa linguagem tem de desaparecer. Não é que nos transformemos em maluquinhos a pensar que vamos dar a volta à Europa, mas ter dignidade, apresentar com coerência, insistir, reclamar e ganhar movimentos é uma componente indispensável.

O modo como o Governo negociou a recapitalização da CGD é exemplo de atitude diferente?

Teve alguma diferença significativa, mas ainda é um caso com muitas áreas escuras e, como não sou especialista nesse plano financeiro, prefiro não me aventurar.

E os salários dos administra-

res? É uma questão demagógica ou deve ser sujeita a discussão e clarificação?

Há um misto. Mérito e motivação são, muitas vezes, apresentados como justificadores de remunerações elevadas, mas alguns exigem tanto que só poderá dizer-se deles que são muito preguiçosos, pois precisam de milhões para fazer alguma coisa. Há na sociedade portuguesa muita gente com capacidade e disposta a não ser tão exigente quanto à retribuição por mérito

Não encontramos folga para investimento se continuarmos com este nível de endividamento

e motivação. Mas é preciso equilíbrio e que se debata o problema, sem populismo e com objetividade, discutindo-se o público e o privado, porque o dinheiro só tem uma origem.

Como analisa as diferenças anunciadas nos aumentos das pensões?

É muito difícil não responder a necessidades prementes de quem tem baixos rendimentos, mas as questões em torno das pensões são muito mais complexas e bem para lá da condição de recursos. As pensões em geral não são aumentadas desde 2009 e quanto mais tempo passar desse modo cada vez há mais pensões mínimas. Isso é mau. O sistema não pode manter-se sem atualização no seu todo. Quando se quiser discutir as pensões a sério deve fazer-se uma observação atenta sobre o sistema fiscal. É complicado, na questão da condição de recurso, atribuir-se direitos mínimos sem a certeza de uma confirmação dessa justeza. Mas não se pode colocar qualquer mecanismo para aferição dessa condição que estigmatize

ainda mais os pobres. Mas falei no sistema fiscal porque, quando se trata de atribuir direitos mínimos, aí as condições de recurso são invocadas – são os casos do Complemento Solidário para Idosos (CSI) ou do acesso ao Rendimento Social de Inserção (RSI); e depois há a retração para aferir se outras pessoas são ricas ou não. Ora, isto não pode ser!

A sua proposta nesse âmbito aponta em que direção?

Precisamos que o sistema fiscal seja estruturado no sentido de identificar e taxar de modo a que um rendimento do trabalho não seja mais penalizado do que um de património, movimentos financeiros ou outro. Todos os rendimentos devem ser tratados da mesma forma e é preciso que tenhamos um sistema fiscal progressivo. E, quanto ao sistema da Segurança Social, precisamos que exista, com alguma solidez, uma relação entre a construção do período contributivo, o valor que se desconta e a pensão no futuro. E também é preciso projetar no tempo o fator de sustentabilidade. ■